



Conselho Nacional de
Educação

Comissão Coordenadora do CNE

Relato da reunião realizada em 4 de Maio de 2009, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise do pedido de Parecer sobre a proposta de lei que visa estabelecer o regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos cinco anos de idade;
3. Outros assuntos.

Estiveram presentes os conselheiros Domingos Xavier Viegas, Joaquim Azevedo, Jorge Carvalhal, Maria Emília Brederode Santos, Odete Valente, a Presidente eleita, Prof^a Ana Maria Bettencourt, o Presidente e o Secretário-Geral do Conselho.

O Presidente deu início à reunião saudando a Presidente eleita e agradecendo a sua presença. De seguida, colocou à consideração o relato da reunião anterior que mereceu a concordância dos presentes.

No ponto de Informações, deu conta do modo como decorreu o ciclo de audições sobre Avaliação e Qualidade no Ensino Superior, devendo agora seguir-se a preparação de um relatório que deverá ser apresentado num seminário a realizar no segundo semestre do ano sobre o mesmo tema. Sobre o seminário da IGE “Avaliação das Escolas: auto-avaliação e avaliação externa (2006-2009)” em que participou, considerou muito importante a divulgação de boas práticas no domínio da auto-avaliação das escolas e defendeu a existência de um observatório que acompanhasse o seu desenvolvimento. O Secretário-Geral informou ter sido adiada a realização das 3^{as} Jornadas “Cá fora também se aprende” para dia 15 de Junho e ter tido lugar a visita de um investigador da equipa da Universidade de Louvaina que está a fazer o estudo comparativo dos Conselhos de Educação a nível da EUNEC. Informou ainda que o CNE foi ouvido pela equipa da OCDE que está a fazer o estudo do sistema de avaliação de professores em Portugal, tendo sido representado por ele próprio e pela conselheira Odete Valente, bem como da sua participação no Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, que teve lugar em Bragança. Ainda no ponto de Informações, a conselheira Odete Valente referiu a audição realizada pela 1^a Comissão à Directora da DGIDC e a sua participação num programa da TVI sobre o Parecer do CNE “A Educação das Crianças dos 0 aos 12 Anos”, conjuntamente com o Prof. Nuno Crato. O conselheiro Jorge Carvalhal informou ter já comunicado à APESP a sua renúncia ao lugar de conselheiro, por força das novas funções que exerce na AAA, e lembrou ser necessário dar continuidade aos trabalhos da 6^a Comissão.

Sobre o pedido de Parecer relativo ao alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, o Presidente informou ter participado na audição realizada pelo Governo (Ministra da Educação, Ministro do Trabalho e da Segurança Social e Primeiro-Ministro) a diferentes personalidades que,

globalmente, concordaram com a medida, embora tenham sido enunciadas preocupações relativamente à expansão da rede do ensino profissional. Apenas o Prof. António Nóvoa terá levantado a questão de repensar o sistema e a necessidade de reestruturação da oferta de ensino secundário, pelo que o Presidente considerou ter faltado a voz da dissonância na discussão desta importante medida. Colocou à consideração dos presentes o modo como o CNE se deverá organizar para a emissão deste Parecer.

Os conselheiros consideraram existir uma sólida base de reflexão no CNE sobre a matéria, quer sobre a universalidade da educação pré-escolar aos cinco anos, quer sobre a natureza do ensino secundário e os seus desenvolvimentos, expressa em Pareceres anteriormente emitidos. No sentido de melhor fundamentar a posição a tomar, foi sugerida a realização de audições externas a pessoas ligadas a diferentes áreas, designadamente ex-ministros da educação, especialistas de educação, autarcas e empresários. Foi também acordado que a Comissão Coordenadora se constituiria como comissão de redacção do parecer.

Não havendo mais nada a tratar, foi dada por terminada a reunião.